

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **REQUERIMENTO (Do Sr. Vanderlei Assis)**

Solicita que sejam convidadas autoridades do Governo Federal e representantes das indústrias de hardware e software para prestar esclarecimentos acerca dos objetivos e do andamento do Programa PC Conectado.

Senhor Presidente da CCTCI:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater os objetivos e o andamento do Programa PC Conectado.

Sugerimos, salvo melhor juízo do Plenário, que sejam convidados o Sr. SÉRGIO AMADEU, Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, o Sr. SÉRGIO ROSA, Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados, o Sr. CEZAR ALVAREZ, Assessor Especial da Presidência da República, responsável pelo projeto, um representante da Anatel, um representante da Cobra Tecnologia S.A., e um representante da Microsoft Brasil.

## JUSTIFICAÇÃO

O Programa “PC Conectado” foi criado pelo Governo Federal com a promessa de oferecer à população computadores de baixo custo e ligação telefônica subsidiada à Internet. Divulgou-se, por diversas vezes, que a oferta do equipamento estaria vinculada à concessão de benefícios fiscais e linhas de financiamento as mais diversas. Buscou-se associar o Programa à disseminação do software livre. Foram criadas, em suma, amplas expectativas junto aos consumidores e junto a empresas do setor, beneficiadas ou prejudicadas pela iniciativa.

O seu lançamento, previsto para janeiro de 2005, sofreu, no entanto, pelo menos três adiamentos. A imprensa tem noticiado a existência de pressões das empresas do setor e de órgãos da administração direta, insatisfeitos com a orientação imposta pelo grupo de trabalho responsável pelo programa.

O PC Conectado poderia ser importante para promover a inclusão digital. Parece-nos, porém, iniciativa de pouca eficácia, que poderá redundar em significativa perda de arrecadação e em desorganização do setor de informática. Por tais razões, entendemos que cabe à Comissão posicionar-se a tal respeito e, por conseguinte, pedimos aos nobres colegas a aprovação deste requerimento de audiência pública que ora oferecemos.

Sala das Sessões, em            de abril de 2005.

Deputado VANDERLEI ASSIS